

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i> <i>Odemir Vieira Baeta</i> <i>Theressa Cristina Marques Aquino</i> <i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i> <i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i> <i>Rosimeri Salotto Rocha</i> <i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS¹

Frednan Bezerra dos Santos

Economista e Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

pertinence of the debate about the capitalist state and its functions.

KEYWORDS: Reform, Revolution, Capitalist State.

RESUMO: Neste artigo se propõe discutir o dilema reforma ou revolução a partir do referencial teórico marxiano, tendo como fonte inspiradora o debate proposto por Rosa Luxemburgo em 1900 que continua “vivo” no ideário de boa parte da chamada “esquerda marxista”. Resgatam-se contribuições da economia política clássica à contemporânea de forma a contextualizar e fundamentar a pertinência do debate travado em torno do Estado capitalista e suas funções.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma, Revolução, Estado Capitalista.

ABSTRACT: In this article it is proposed to discuss the reform or revolution dilemma based on the Marxian theoretical framework, having as an inspiring source the debate proposed by Rosa Luxemburg in 1900 that remains “alive” in the ideology of much of the so-called “Marxist left.” Contributions from classical to contemporary political economy are salvaged in order to contextualize and substantiate the

1 | INTRODUÇÃO

O debate centenário sobre o devir da sociedade moldada pelo modo capitalista de produção perpassa pela possibilidade tanto de reforma e revolução, quanto de movimentos reacionários e contrarrevolucionários.

Neste artigo se propõe discutir o Estado capitalista a partir do referencial teórico marxiano e resgatar o debate clássico proposto por Rosa Luxemburgo em 1900 que sintetiza a emergência da luta de classes na questão da “Reforma ou Revolução?”. No entanto não se trata de uma análise de conjuntura política, mas apenas apontamentos.

Para analisar a questão proposta por Rosa Luxemburgo buscamos em Marx a essência do Estado capitalista e discutimos interpretações alternativas, em especial a de Léon Trotsky [1930], que se diferenciam em conteúdo e substância mesmo partindo do mesmo referencia, resgatamos contribuições

¹ Uma primeira versão desse artigo foi publicado nos Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: “1917-2017: um século de reforma e revolução”, São Luís 22 a 25 de agosto de 2017.

da economia política clássica e da economia contemporânea de forma a contextualizar e fundamentar a pertinência do debate travado em torno do Estado capitalista e das suas funções.

A escolha da concepção de Estado marxista implica a análise da luta de classes e enseja reascender o debate entre reforma e revolução ao considerar fundamental que as lutas da classe trabalhadora por reformas sociais não podem abdicar da sua essência que é a revolução socialista, em outras palavras, a luta pelas reformas sociais deve ser um meio e a revolução social o fim para a luta dos trabalhadores.

2 | O ESTADO CAPITALISTA COMO MANIFESTAÇÃO DA LUTA DE CLASSES

Para Engels (2012)¹ o Estado nasceu do desenvolvimento de grupos naturais primitivos com vista ao atendimento de interesses comuns econômicos, sociais e políticos com destaque para a defesa contra ameaças externas, através da criação de um aparato militar, mas que adquire uma nova finalidade que é a manutenção das condições de vida e de domínio da classe dominante através até do uso da força quando necessária.

Mas, Bobbio (2012) considera a tese defendida por Engels (2012) uma reconstrução fantástica de Rousseau² que faz a sociedade civil surgir do ato daquele que antes dos demais cercou seus terrenos e disse “Isto é meu”, ou seja, da instituição da propriedade privada:

Com o nascimento da propriedade privada individual nasce a divisão do trabalho, com a divisão do trabalho a sociedade se divide em classes, na classe dos proprietários e na classe dos que nada têm, com a divisão da sociedade em classe nasce o poder político, o Estado, cuja função é essencialmente a de manter o domínio de uma classe sobre outra recorrendo inclusive à força, e assim a de impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia. (BOBBIO, 2012, p. 74).

Não se pretende aqui debater o mérito das observações de Bobbio (2012), mas somente pontuar que se admite que o Estado seja, sim, uma construção *fantástica* do homem e que se concorda com Engels ao afirmar que **o Estado capitalista é determinado pelo antagonismo entre as classes sociais.**

Dessa forma ao partir da concepção marxista de Estado que o caracteriza como um órgão de dominação de classe, um instrumento de submissão de uma classe por outra, retomamos o argumento de Smith (1996)³ em que o Estado deve atuar como mediador dos conflitos com vista ao bloqueio de quaisquer forças que prejudique a atuação do mercado e logo a acumulação de capital.

1 Friedrich Engels [1884]. A origem da família, da propriedade privada e do Estado.

2 Bobbio (2012) se refere ao texto: Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens de Jean-Jacques Rousseau publicado em 1755.

3 Adam Smith [1776]. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.

Mandel (1982) afirma que o Estado burguês é portador de sutilezas na sua forma de dominação e afirma que um aspecto relevante apontado por Marx, quando da sua análise sobre a origem do Estado capitalista, é a passagem da contradição entre os interesses individuais e os coletivos para a contradição entre as classes sociais:

Marx escreve que um momento capital no desenvolvimento histórico da humanidade é quando há a fixação da atividade social para os indivíduos e a consolidação de seus produtos numa força objetiva que os domina, escapa aos seus controles, frustra suas expectativas e desconsidera seus desejos. É o instante histórico em que os seres humanos perdem sua autonomia enquanto indivíduos, para ocuparem o lugar determinado pelas necessidades de reprodução da coletividade, decorrente da divisão do trabalho e das formas de propriedade vigentes. (FIGUEIREDO, 2003, p. 17)

Em Marx e Engels (2007) podemos confirmar a interpretação de Figueiredo (2003), pois é precisamente a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que viabiliza a forma do Estado. Essa contradição é responsável pela coisificação e pela autonomização dos produtos do trabalho do homem na sociedade industrial moderna, ou seja, a exploração do homem pelo homem através da sociedade de classes advinda da divisão do trabalho é erguida a partir da propriedade privada que é responsável pelo verdadeiro estranhamento entre o particular e o coletivo, uma vez que a apropriação do produto do trabalho é particular e o trabalho coletivo.

Quanto ao domínio do Estado Figueiredo (2003) afirma que os escritos de Marx e Engels (2005, 2007) deixam claro que a burguesia não necessita participar de forma direta do Estado para que este opere a seu favor: “*O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa*” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42), o que para ele reforça a tese de que o Estado capitalista é historicamente determinado e orgânico a esse modo de produção:

No capitalismo, em que a classe burguesa é a dominante, o Estado reflete, portanto, seus interesses e não o interesse geral da sociedade. No entanto, os interesses da classe proprietária são colocados como se fossem de toda a sociedade. Com isso, pode-se admitir, como faz a teoria burguesa, e mesmo alguns autores Marxistas, que o Estado está acima das classes, é independente etc. Ou seja, ficam apenas na aparência do fenômeno. (FIGUEIREDO, 2003, p. 19)

Assim sendo, fica evidente a relevância do estudo do Estado capitalista como manifestação dos interesses capitalistas, sendo esse Estado caracterizado por Lênin como uma força pública armada incumbida da manutenção da ordem, exploração de uma classe pela outra, sendo a força usada sempre que houver ameaça à propriedade privada e ao estatuto da exploração da força de trabalho por parte dos capitalistas. Nas palavras de Lênin:

[...] no regime capitalista, temos o Estado no sentido próprio da palavra, isto é, uma máquina especialmente destinada ao esmagamento de uma classe por outra, da maioria pela minoria. Compreende-se que a realização de uma tarefa semelhante - a

repressão sistemática da atividade de uma maioria de explorados por uma minoria de exploradores - exija uma crueldade, uma ferocidade extrema: são necessárias ondas de sangue através das quais a humanidade se debate na escravidão, na servidão e no salariato. (LÊNIN, 2011, p. 138).

O Estado atua onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados: *“Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes”* (LÊNIN, 2011, p. 38). Essa leitura de Marx nos permite inferir que o domínio do Estado por uma classe exige que esse seja seu instrumento de dominação.

Mandel (1982) afirma que o Estado burguês é fruto do Estado absolutista, mas é diverso a esse por suas sutilezas na forma de dominação, porém não menos autoritário:

O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas é também uma negação desse último, pois o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um “Estado fraco” por excelência [...] O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações “livres” de troca que dissimulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. (MANDEL, 1982, p. 335-336)

O Estado é um produto da divisão social do trabalho, portanto, ele surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais que tinham por objetivo mediar a produção material e cujo papel era sustentar a estrutura de classe e suas relações de produção (MANDEL, 1982).

O ponto de partida da teoria do Estado de Marx é sua distinção fundamental entre Estado e sociedade – em outras palavras, a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam ser necessariamente transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, o que só veio a acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas. (MANDEL, 1982, p. 333)

Mandel (1982) nos coloca diante do principal paradigma da economia burguesa⁴: **o papel do Estado na esfera econômica da sociedade**. Assim sendo, ele expõe a ideia que o Estado não é de forma orgânica um elemento que deve está fora e superior à sociedade, mas que este Estado que toma essa forma é específico: O Estado capitalista, *“isto é, um Estado que tem por finalidade primeira viabilizar a existência e a reprodução da formação social capitalista”* (CORAZZA, 1985, p. 13).

O Estado capitalista está condicionado às suas determinações econômicas, no entanto, para ele essas determinações *“não se fazem de forma mecânica, direta e uniforme, mas são mediadas pelas lutas sociais entre as diferentes classes”* (CORAZZA,

⁴ O que se chama aqui de economia burguesa consiste nas interpretações positivas que buscam fundamentar o papel do Estado na manutenção do modo de produção capitalista.

1985, p. 13), ou seja, é a luta de classes que determina a intervenção do estado na economia, intervenção que para Corazza (1985) sempre esteve presente na história do capitalismo, variando apenas quanto à forma e intensidade o que se confirma nas interpretações das escolas do pensamento econômico clássica, neoclássica e keynesiana.

Mas, para Viotti (1986) é a crise do capital que abre possibilidades e engendra a necessidade do entendimento “real” do Estado capitalista:

[...] o entendimento da verdadeira natureza do Estado capitalista, o que seria o fundamento para uma percepção clara dos limites de sua atuação e da necessidade, ou viabilidade, de sua transformação qualitativa. [...] Tais preocupações afiguram-se oportunas exatamente em função do impasse da crise atual, pois é a própria crise que coloca a necessidade do entendimento do “real” e que, a um só tempo, possibilita sua maior transparência e amplia a possibilidade de sua transformação. (VIOTTI, 1986, p. 12).

O Estado capitalista tanto para Engels como para Marx é determinado por condições históricas específicas que para Mészáros (2011) no capitalismo está ligado umbilicalmente à produtividade, portanto, “*A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106), sendo que o momento histórico que ocorre a dominância do capital é paralelo ao “*desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106). Dessa forma o Estado moderno surgiu como elemento complementar ao processo de expansão do capital (RIBEIRO, 2014).

Viotti (1986) explica que com a generalização da produção capitalista passa a ser necessária para a classe dominante uma nova teoria do valor que demonstrasse que as classes capitalistas são produtivas e que cada classe recebe de forma proporcional à sua produtividade, portanto: “*O objetivo último, sentido norteador e ao mesmo tempo revelador de todo o desenvolvimento teórico dos marginalistas, é esta demonstração de que o laissez-faire continua sendo a solução ideal, ótima para a sociedade capitalista.*” (VIOTTI, 1986, p. 41).

Assim sendo, Corazza (1985) afirma que a teoria da distribuição neoclássica, diversamente à clássica, não se sustenta mais nas classes sociais, mas, sim, nos fatores de produção: terra, trabalho e capital. Com cada fator remunerado de acordo com sua contribuição marginal no processo de produção.

Outra distinção que a teoria econômica neoclássica apresenta frente à clássica para Corazza (1985) está na concepção de ciência econômica, ou seja, o seu enquadramento junto às ciências da natureza, que para Léon Walras [1857] está na Economia Pura (a verdadeira ciência econômica para ele)⁵:

A concepção que Walras tem da ciência econômica implica um duplo movimento em relação ao Estado: o primeiro tende a negá-lo como organismo controlador das

5 Para Walras (1996) a primeira tarefa que deve ser cumprida em um estudo de ciência é definir

atividades econômicas privadas, pois estas se movem pelo dinamismo “automotor e autorregulador” da livre concorrência; o segundo reconhece a necessidade da intervenção estatal, quer para atuar nas áreas onde não se aplica a livre concorrência, quer mesmo para organizá-la e garanti-la. (CORAZZA, 1985, p. 64).

Esse posicionamento contraditório emerge da divisão do estudo da economia em três grandes campos: a troca, a produção e a repartição. Para Walras, segundo, Corazza (1985):

[...] **somente a troca se torna objeto da ciência econômica** propriamente dita, ou **Economia Pura**. A produção não faz parte da ciência pura, mas sim da arte, da ciência aplicada, ou seja, é o campo de aplicação dos conhecimentos científicos produzidos na Economia Pura. Já a distribuição da riqueza não faz parte da ciência econômica, mas pertence à ciência moral. (CORAZZA, 1985, p. 65, *grifo meu*).

A defesa do livre-mercado pelos economistas neoclássicos, para Viotti (1986), não estava alicerçada em transformações estruturais da sociedade como na interpretação clássica, mas, sim, no aumento da produtividade do trabalho, ou seja, o que se buscava era torna a economia mais eficiente, assim a interpretação neoclássica consiste numa tentativa de fundamentar a manutenção do Estado burguês que se fundamenta a partir da aceitação que o poder econômico controla o poder político:

Se o poder econômico pode controlar o poder político é porque ele também se traduz em poder político, ou seja, o poder econômico pode condicionar ao seu interesse o político – inclusive no estabelecimento das regras do jogo e em sua arbitragem – e, portanto, pode inclusive suprimir ou limitar a liberdade política dos indivíduos em seu benefício. Em outras palavras, a liberdade econômica praticamente irrestrita, como é compreendida e desejada por estes novos “liberais”, pode significar exatamente a submissão da maioria àquela minoria que detém o poder econômico. (VIOTTI, 1986, p. 54)

Os liberais, clássicos e neoclássicos ao defenderem o mercado auto regulável além de colocarem o **Estado** num segundo e apagado plano quanto ao econômico, como mero **coadjuvante no desenvolvimento econômico**, que faz dessa doutrina (liberal) pouco ou quase estéril quanto às políticas econômicas, “desconsideram” a relação de poder que emerge da economia o que a faz incompetente no que toca à indicação de caminhos para a economia quando essa se encontra fora do equilíbrio⁶.

Quando a economia entra num ciclo recessivo, para Viotti (1986) a posição da economia ortodoxa perde toda e qualquer aderência com a realidade o que a torna insustentável tanto por sua falta de flexibilidade para adequação à realidade seja por sua incompetência quando à indicação de caminhos de intervenção na realidade com vista à superação ou mesmo suavização dos efeitos do ciclo econômico.

seu objeto, suas divisões, seu caráter e seus limites.

6 “Condição hipotética do mercado na qual a oferta é igual à procura. Expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período”. (SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. 1ª ed. São Paulo: Best Seller, 1999, p. 209).

Portanto, o liberalismo econômico que prega o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim das barreiras comerciais e a liberdade de investimento perde total aderência com a realidade quando confrontada com a realidade do capitalismo, e logo sua trajetória cíclica de expansão e recessão econômica materializado nas crises, o que abre caminho para a interpretação keynesiana do papel do Estado capitalista.

Para John Maynard Keynes [1936] **o Estado deve exercer papel de protagonista na economia** por entender que o controle monetário e a “socialização dos investimentos” são fundamentais para a estabilização e crescimento da economia capitalista, portanto, Keynes (1996) admite que a economia possa, e normalmente é isso que ocorre, está fora do equilíbrio e, que caberia ao Estado intervir na economia com vista a eliminar a carência de demanda efetiva⁷ (conceito central em sua análise) em momentos de crise (interrupção no processo de realização da produção) quando se observa retração da atividade econômica e logo do desemprego.

Assim sendo, o Estado para Keynes (1996) é incumbido de novas funções, para cumprir sua missão de assegurar **o pleno emprego**, no entanto, lembra que a interpretação neoclássica⁸ já chamara atenção para a necessidade, em certas condições, de “*refrear ou guiar o livre jogo das forças econômicas.*” (KEYNES, 1996, p. 346). Na análise de Keynes o Estado passa a ser sujeito fundamental na condução da economia sem, no entanto, substituir a iniciativa privada dirigida pela **busca do lucro que é base da acumulação capitalista**.

Segundo Corazza (1985) a defesa de Keynes (1996) ao capitalismo deve ser entendida como defesa da técnica de produção eficiente, mas adverte que para ser eficiente precisa ser conduzido com inteligência:

Keynes acredita que, na medida em que o capitalismo dirigido for eficiente, produzirá um grande bem-estar e, através deste bem-estar, conseguirá eliminar o que tem de objetável: **a desigualdade e o desemprego**. O importante para Keynes é que o controle estatal não interfira com a iniciativa individual, com sua atração dos instintos do lucro, pois são estes que constituem, segundo ele, a força motriz da atividade econômica. (CORAZZA, 1985, p. 97, *grifo meu*).

O que se percebe é que a teoria keynesiana não rompe totalmente com a neoclássica, mas, é de suma importância quando se pretende explicar a realidade de forma positiva⁹, o que na presente análise é fundamental para a crítica ao Estado capitalista liberal.

Viotti (1986) identifica que Keynes propõe que o Estado deve adotar uma racionalidade às avessas, onde quando mais improdutivo os gastos público melhores serão os resultados, sendo que estes sejam direcionados para setores onde a iniciativa

7 A demanda efetiva representa o equilíbrio entre a oferta e demanda agregadas, ou seja, é o nível de emprego que equilibra o mercado.

8 Keynes utiliza a expressão “*clássica moderna*” (KEYNES, 1996, p. 346) para identificar o que chamamos aqui de escola neoclássica.

9 A chamada *Economia Positiva* se preocupa com a explicação da realidade aparente.

privada não tem interesse.

Sendo, para Prebisch (1991) o objetivo final da política keynesiana de investimentos é aumentar o estoque de capital da economia através do gasto público, de forma a recuperar a taxa de lucros da economia e compensar o risco do empresário. Para alcançar os objetivos propostos Prebisch (1991) indica ser necessário que “*o Estado assuma certos controles em matérias que hoje estão principalmente nas mãos da iniciativa privada. Será necessário que influa sobre a propensão a consumir por meio do sistema de impostos, da taxa de juros e de outras medidas.*” (PREBISCH, 1991, p. 145-146).

Mas, para Viotti (1986) a essência das políticas keynesianas está no conceito neoclássico de trabalho improdutivo que consiste no trabalho que não contribui diretamente para valorização do capital, portanto, o alargamento das funções do governo, que supõe a tarefa de fomentar a propensão a consumir seria o “[...] *único meio praticável de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um proveitoso exercício da iniciativa individual.*” (VIOTTI, 1986, p. 90-91), portanto, seria o verdadeiro entendimento da natureza do Estado capitalista.

Farias (2001), partindo do referencial teórico marxiano, rejeita o que chama de “ideologia formalista” que toma o Estado a partir das suas funções instrumentais, o Estado de direito, conceito que para ele esconde a relação orgânica entre Estado e capita.

Para ele os defensores do Estado de direito “*afirmam que tudo é regulado por intermédio do direito, e que o próprio direito funda o Estado.*” (FARIAS, 2001, p. 24), argumento que se revela contraditório ao se aceitar que o Estado tem o monopólio da produção do direito.

Portanto, os “*instrumentalistas e os formalistas servem-se da mesma muleta para apoiar uma definição defeituosa do estado, sobretudo porque esquecem as determinações especificamente capitalistas deste Estado.*” (FARIAS, 2001, p. 24).

Quanto à relação entre Estado e capital Farias (2001) assume uma posição contrária aos regulacionistas aos quais atribui equívocos quanto ao método marxiano, afirmando que do ponto de vista ontológico, atribui-se uma primazia do capital em relação ao Estado, “*Mas não se estabelece nenhuma hierarquia ou permuta de papel entre estas, nem entre as outras formas do ser social.*” (FARIAS, 2001, p. 26).

Para Farias (2000), **o Estado capitalista é uma totalidade concreta, complexa e contraditória**. Ele destaca que análises importantes (sobre o estado capitalista) com as de Weber e Lênin, abstraíram aspectos importantes dessa totalidade.

Em suma, a única forma de entender a natureza e o papel do Estado é a partir das “*relações efetivas entre todos seus aspectos, suas potências e suas tendências*” (FARIAS, 2001, p. 27), portanto, para ele o Estado é um silogismo composto pela forma-Estado, que é sua generalidade, a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade).

Deste modo, Farias (2001) recusa o “*funcionalismo que reduz o ser social estatal*

a sua ação sobre a base econômica e técnica” (FARIAS, 2001, p. 27) e afirma a primazia ontológica da natureza do Estado sobre o seu papel, ou seja, a forma-Estado, cujas categorias trazem a marca histórica, sobre sua função.

Do ponto de vista ontológico, atribui-se uma primazia do capital em relação ao Estado, mas não se estabelece nenhuma hierarquia ou permuta de papel entre estas, nem entre as outras formas do ser social. Em geral, quando se atribui uma primazia ontológica à base, ao ser e à produção em relação e respectivamente à superestrutura, à consciência e à circulação, supõe-se simplesmente que o primeiro elemento pode existir, mesmo quando o segundo é abstraído; enquanto o inverso é impossível, por razões ontológicas (FARIAS, 2001, p. 26).

Para Farias (2001) **a natureza do Estado não pode ser reduzida à luta de classes**, portanto, deve ser apreendida a partir do trabalho, pois, o Estado é uma forma social determinada espacialmente e historicamente: “o fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo” (FARIAS, 2001, p. 29-30).

A concepção de Estado aqui adotada não deixa dúvidas quanto ao papel do Estado capitalista como mediador das relações sociais e, portanto, as políticas públicas engendradas pelo Estado não podem ser entendidas de forma unilateral, mesmo que se admita a existência de forças em constante batalha no seu interior e que a correlação de forças interna a ele possa repercutir em suas diretrizes.

3 | INTERPRETAÇÕES ENTRE REFORMA E REVOLUÇÃO

Dantas (2013) coloca a problemática do Estado na teoria marxista de forma associada ao debate determinado pela aceitação de Reforma, Revolução e Democracia. Para ele as questões ensejadas por esses conceitos são as seguintes: Reforma como estratégia de acumulação de forças ou meio de conciliação; Revolução como luta imediata ou conquista gradual; Democracia como centro estratégico da luta ou como forma de dominação das classes exploradas.

Não discordamos da importância relativa à democracia na análise concreta, porém, no presente estudo o que nos interessa é a **dialética entre Reforma e Revolução** que para Löwy (2009) consiste na gênese do marxismo ocidental, que foi fortemente influenciado por Luxemburgo, em suas palavras, é a “*dialética entre teoria e prática – em particular entre a consciência socialista ou a consciência revolucionária e a experiência prática da classe.*” (LÖWY, 2009, p. 35), portanto, a consciência de classe, revolucionária, só poderá existir a partir da luta concreta na prática da ação revolucionária.

Para Luxemburgo (2015) a revolução era o fim, e as reformas, a luta, o meio para a conquista do objetivo final, a revolução socialista, concepção que segue o

pensamento político de Marx e Engels. Assim sendo, as conquistas políticas graduais da classe trabalhadora organizada dentro do Estado democrático poderiam erguer os alicerces do socialismo garantindo as condições para a revolução e a ditadura do proletariado.

Mais tarde, Lênin e a Revolução Russa transcendem esta compreensão e a partir da luta concreta tem-se a antecipação do processo revolucionário, em condições bem diversas às previstas teoricamente por Marx, mas não entraremos no debate sobre os caminhos e descaminhos da Revolução Russa nesse breve apontamento.

Em o *Estado e a Revolução* Lênin parte do estudo das obras de Engels e Marx com sua preocupação voltada para a transição da sociedade capitalista para o socialismo, mas com destaque para o papel do Estado.

Lênin (2011) não hesita em argumentar que o Estado se organiza de modo a manter-se como instrumento de exploração da classe oprimida, o que enseja o debate sobre a ditadura do proletariado como forma de enfraquecimento do Estado à medida que os objetivos imediatos da Revolução, ou seja, subjugar as classes exploradoras é alcançado.

Outra interpretação é proferida por Trotsky (1977) que em seus estudos sobre a Revolução Russa chega às formulações sobre a “*revolução permanente*” ao concluir que a ditadura do proletariado seria a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da *revolução burguesa retardatária*, porém, essa seria apenas um meio e não um fim, ou seja, ao assumir o poder, o proletariado seria obrigado a continuar o processo revolucionário com vista à supressão da propriedade privada e assim iniciar o processo de construção do socialismo, portanto, a teoria da *revolução permanente* é, ao mesmo tempo, uma teoria da revolução e uma teoria da transição ao socialismo baseada na permanente transformação das relações sociais.

Nas palavras de Trotsky:

A revolução permanente, na concepção de Marx, significa uma revolução que não transige com nenhuma forma de dominação de classe, que não se detém no estágio democrático e, sim, passa para as medidas socialistas e a guerra contra a reação exterior, uma revolução na qual cada etapa está contida em germe na etapa precedente, e só termina com a liquidação total da sociedade de classes. (TROTSKY, 1985, p. 22).

Assim sendo, a *revolução permanente* de Trotsky avança na dialética do processo revolucionário o que somo às formulações de Löwy (1979) que demonstra a possibilidade objetiva de uma ruptura no percurso revolucionário com uma articulação dialética das *tarefas históricas*, interpretação condizente com o método materialista dialético marxiano que nega o determinismo histórico.

Já Costa Neto (1998) em sua leitura de Trotsky (1980) demonstra a existência de elos entre o *Programa de Transição* e a estratégia política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que de acordo com um dos seus líderes,

João Pedro Stédile, o significado da reforma agrária na sociedade atual, entre outros aspectos, aponta para o “*desenvolvimento da agroindústria e da industrialização no interior do país, descentralizando e gerando maiores oportunidades de progresso, renda e emprego, especialmente para a juventude*” (STÉDILE, 1997, p. 107).

Para ele o processo de reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores organizados em agroindústrias, resgata o *Programa de Transição* assinado por Trotsky, no que toca aos métodos e objetivos da reforma agrária.

Portanto, para Costa Neto (1998) o *Programa de Transição* de Trotsky coloca a reforma agrária como uma tarefa revolucionária que deve ser cumprida não só pelo campesinato, mas também pelos trabalhadores das cidades, “*os comitês de pequenos lavradores que, junto com os comitês operários e os comitês de empregados dos bancos, devem tomar nas mãos o controle das operações de transporte, de crédito e de comércio que interessam à agricultura.*” (TROTSKY, 1980, p. 28).

O processo de luta da classe trabalhadora, mesmo que compartimentado por parte da literatura marxiana deve ser entendido em suas especificidades o que exige monumental esforço por parte do pesquisador.

O debate sobre reforma e revolução entendido como síntese do *dever* da sociedade capitalista é fundamental para o entendimento dos limites impostos pela superestrutura cimentada no Estado Capitalista.

A concepção de Estado aqui adotada nos permite entender sua função e seus determinantes de modo a indicar que é o processo de luta da classe trabalhadora e sua correlação de forças com as classes dominantes que definem o tipo de intervenção estatal.

Deste modo, **recuperar a interpretação de Rosa Luxemburgo evidencia que as reformas sócias são o meio para as conquistas dos trabalhadores e a revolução socialista é o fim de qualquer processo de reforma estrutural da sociedade em benefício dos trabalhadores.**

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CORAZZA, G. **Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes)**. Porto Alegre: FEE, 1985.

COSTA NETO, C. Reforma agrária no Brasil: a intervenção do MST e a atualidade do programa de transição. **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 2, p. 5-190, 1998.

DANTAS, A. V. Reforma e/ou revolução: do que e com quem estamos falando? In: **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**: Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro, Londrina-PR, 10 a 13 de outubro de 2013. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v7_andre_GX.pdf >. Acessado em: 13/10/2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012.

FARIAS, F. B. **O Estado Capitalista Contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FIGUEIREDO, M. J. **A configuração econômica do Estado na sociedade capitalista contemporânea**. Curitiba, 2003. 169 f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Economia – Área Desenvolvimento Econômico, 2003.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo, Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**; introdução: Francisco Mauri de Carvalho Freitas. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LÖWY, M. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels. In.: **Discurso**, São Paulo, n. 9, p. 129-151, 1979.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**, São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

PREBISCH, R. **Keynes**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. vol.1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

STÉDILE, J. P. A luta pela reforma agrária e o MST. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agraria e a luta do MST**. Petrópolis-RJ: 1997.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**; tradução de E. Huggins. 2. ed. rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. (em três volumes)

TROTSKY, L. **O Programa de Transição**. São Paulo: Proposta, 1980.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. 2 ed. São Paulo: Kairós Livraria, 1985.

VIOTTI, E. B. **A Economia e o Estado Capitalista**. Petrópolis: Vozes, 1986.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo, Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

